

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Brasília

Class.: 10

Data: 30.04.80

Pg.: 1

Xavantes feridos em conflitos

¹⁰⁰ Pelo menos quatro índios xavantes estão feridos depois do enfrentamento de ontem entre índios e fazendeiros. Esta é uma das poucas informações vindas de Barra do Garça e Cuiabá. A Funai em Brasília nada pode informar uma vez que as comunicações entre Brasília e Pimentel Barbosa foram cortadas.

A Funai não vê perigo num enfrentamento, informou ontem o superintendente do órgão, Octávio Ferreira Lima, "pois todas as providências já foram tomadas". O superintendente não soube dizer quais teriam sido as providências ou se houve deslocamento de tropas do Exército, para a área. Explicou ele que "estas providências não chegaram ao meu conhecimento. Elas foram tomadas a nível de presidência".

Em Pimentel Barbosa os líderes xavantes das comunidades de Nomukurá, São Marcos, Areões, Sangradouro, Couto Magalhães, Kuluene e Marechal Rondon estão reunidos desde o final da semana. Cada um destes líderes foi acompanhado de cinco guerreiros e segundo Martinho, de Couto Magalhães, "estão todos prontos para brigar".

FAZENDAS

A reserva indígena de Pimentel Barbosa, criada em março do ano passado, está invadida por 45 fazendas. São 300 mil hectares e os xavantes que aí residem vivem da caça e da coleta. Desde do início desta luta, em 1974, os índios não têm plantado, prática comum quando a situação de terras ainda não está definida.

Com a alteração dos limites reivindicados pelos xavantes, a nova área atingiria mais oito fazendas, entre elas a União de Táxis Aéreos e a fazenda de Waldenio

Lopes, ex-funcionário da Funai. O grande problema, informam funcionários da Funai, é com a Fazenda da Uta.

Este problema entre xavantes e fazendeiros decorre de uma antiga alteração de limites quando cinco funcionários da Funai mudaram os nomes e a localização de alguns rios da área indígena, favorecendo fazendeiros e funcionários. Entre estes funcionários encontra-se Waldenio Lopes que hoje é proprietário de terras na área de Pimentel Barbosa.

Desde que se instalou o clima de conflito a Funai designou o funcionário Ismael da Silva Leitão como mediador. Ismael não foi aceito. Alegam os xavantes que este funcionário traduziu mal a conversa mantida entre o coronel Nobre da Veiga e os xavantes. Nesta conversa os índios disseram que não aceitariam os atuais limites e o funcionário deu a entender que a proposta da reserva tinha sido aceita. Com isto o presidente da Funai nega-se a voltar atrás nos entendimentos.

NOTAS

A Sociedade Brasileira de Indigenistas e a Funai soltaram suas notas no final da tarde de ontem apresentando suas versões sobre o conflito de Pimentel. Na nota da SBI, antropólogos, funcionários da Funai e sertanistas responsabilizam o órgão tutor por qualquer morte que venha ocorrer. Afirmam eles que "a Funai já tinha conhecimento do problema desde o dia 24 de abril não tendo tomado nenhuma providência".

A SBI desmente também o superintendente da Funai que segunda-feira afirmara ter enviado o chefe da ajudância de Barra do Garça para a área. Segundo a nota da SBI, Odenir Pinto de Oli-

veira já se encontra em Pimentel Barbosa desde o início do conflito. A sociedade solicita "aos escalões superiores" qualquer providência para tranquilizar a área, uma vez que "a Funai está indecisa no que deve fazer" e denunciam o órgão tutor de exercer pressões contra os membros da Sociedade Brasileira de Indigenistas, "principalmente contra o nosso presidente, José Porfirio de Carvalho, a quem estão exigindo um desmentido do manifesto de lançamento". Neste manifesto a SBI afirma que a política indigenista está sendo mal conduzida, responsabilizando também os militares que trabalham na Funai pelo atual política.

"Da mesma maneira como o órgão luta para evitar tensões em áreas indígenas, não permitirá que os índios alterem, de conta própria, os limites de suas terras", diz a nota distribuída ontem pela presidência da Funai sobre os acontecimentos de Pimentel Barbosa.

Esclarece ainda o coronel Nobre da Veiga que o problema daquela área "já está definido em lei, desde que existe decreto presidencial regulando o assunto e redigindo com base no que, à época, concordou aquela comunidade xavante. O decreto de 79 atendeu a uma reclamação justa dos próprios índios corrigindo distorções em relação aos limites anteriormente fixados, e agora, só resta a demarcação".

Desmentindo as informações veiculadas pela imprensa de que teria sido nomeada mais uma comissão para estudar o problema (conforme anunciara o superintendente), Nobre da Veiga conclui dizendo que em sua gestão "o índio jamais será espoliado. No entanto, evitará que, levado por incitação de organizações ou pessoas estranhas à Funai ele modifique o que a lei estabeleceu".